

Carta do II Encontro Nacional de Municípios Plurilingues (II ENMP)

O Brasil é frequentemente representado como um país monolíngue. No entanto, é um território multilíngue, onde aproximadamente 350 línguas são faladas cotidianamente. O censo demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta a existência de cerca de 274 línguas indígenas no país, inclusive línguas indígenas de sinais, como a dos Ka'apor e dos Terena. Pesquisas indicam, ainda, cerca de 80 línguas faladas por descendentes de imigrantes em vários municípios brasileiros, como é o caso do talian, pomerano, hunsrückisch, polonês, russo, entre outras. Igualmente há as línguas afro-brasileiras e as que se intercalam, como é o caso dos crioulos galibi marworno, karipuna do Norte e palikur, falados na região do Oipoque, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, e do Portunhol, na fronteira com países hispano falantes. Nos últimos anos, esse multilinguismo tem sido tematizado no país, culminando em políticas públicas voltadas à promoção das línguas. **O Encontro Nacional de Municípios Plurilingues representa uma das mais importantes ações de valorização e ampliação desse multilinguismo, constituindo-se no único fórum que tematiza e aprimora a Política de Cooficialização de Línguas por Municípios Brasileiros.** O ENMP alinha-se, portanto, a outras iniciativas que marcam importantes avanços no campo dos direitos linguísticos no país. Citemos:

Em 1988, a Constituição Federal garantiu para a **população indígena o seu direito às práticas educacionais e culturais nas suas línguas.**

Em 2002, a lei federal no. 10.436 instituiu o direito à **educação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)** para a população surda, e sua regulamentação pelo Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005 valorizou e ampliou os espaços de usos dessa língua.

Em 2004, inspirado na política de reconhecimento e registro dos bens imateriais desenvolvida pelo Ministério da Cultura (MinC), o IPOL encaminhou uma demanda à Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa Federal para que fossem tomadas providências para que também as línguas brasileiras, em sua totalidade – indígenas, alóctones (imigração), crioulas, afro-brasileiras e de sinais – fossem consideradas parte do patrimônio imaterial da nação. Fortalecendo a ação encaminhada pela comunidade Talian, em 2002, para reconhecimento do patrimônio cultural ligado a esta língua, a ação do IPOL desencadeou um processo legislativo e executivo que resultaria na **Política do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)** destinada a conhecer as realidades multilíngues do país e reconhecer as línguas brasileiras como patrimônio cultural e imaterial, conduzida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Instituído em 2010 pelo **Decreto Federal 7.387/2010**, o INDL acarretou a realização de debates e seminários públicos, a formulação de um guia metodológico e a realização de

projetos pilotos. Em 2014, em seminário aberto, foram entregues os 3 (três) primeiros certificados de *Referência Cultural Brasileira* aos falantes das línguas Guaraní Mbya, Assurini do Trocará e Talian. Desde então, somam-se 7 (sete) línguas reconhecidas - Guaraní-Mbyá (regiões sul e sudeste), Assurini do Trocará (Tocantins); Matipu, Nahukwa, Kuikuro e Kalapalo (Alto-Xingu) e Talian (região sul: colônias velhas) – e outras foram inventariadas e aguardam a certificação, como é o caso das línguas hunsrückisch (Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo); LIBRAS (Grande Florianópolis e amostragem em todo o país); ianomami (Médio Rio Negro, Amazonas, e fronteira Brasil/Venezuela) e pomerano (Espírito Santo e amostragem de outros Estados). Outras tantas estão em processo de inventário.

A estas iniciativas soma-se, portanto, a **política de cooficialização de línguas por Municípios**.

Em 2002, São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, por meio de uma lei municipal, cooficializou as línguas tukano, nheengatu e baniwa, juntamente com o português. Essa ação inaugurou uma nova jurisprudência para os direitos linguísticos no país, uma vez que somente o português gozava, até então, do estatuto de língua oficial. A partir de 2007, a cooficialização chegou também a municípios com grande população falante de línguas brasileiras de imigração, como o pomerano, talian, Hunsrückisch, alemão, entre outras, afirmando-se como uma política de forte aderência social. Surgia, assim, uma rede de municípios com línguas cooficiais que se constituiu em interlocutora prioritária dos **Encontros Nacionais de Municípios Plurilíngues I e II**.

O **I Encontro Nacional de Municípios Plurilíngues** aconteceu em 2015, quando havia 15 municípios com línguas cooficializadas (13, no total). Foi promovido pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), em parceria com o Observatório de Políticas Linguísticas (GP CNPq/UFSC), o Macroprojeto ALMA-H (UFRGS), o Projeto Entrelínguas (UFSM) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e com apoio do Programa de Valorização das Línguas e Culturas Macuxi e Wapichana, do Fórum Permanente das Línguas Brasileiras de Imigração (Forlibi) e da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos-SC.

O evento constituiu um marco no campo das políticas linguísticas municipais, ao proporcionar um espaço inédito de formação técnica, troca de experiências e articulação interinstitucional. Destacou-se, ainda, pela oferta de um minicurso voltado à formação de gestores de políticas linguísticas do Brasil, enfatizando a necessidade de qualificação para a gestão pública em contextos multilíngues. Esse impulso promoveu um crescimento notável no número de municípios e línguas cooficializadas, em todo o território nacional. Assim, em agosto de 2025, 56 diferentes línguas, incluindo línguas indígenas de sinais, passaram a ter o estatuto de cooficiais em 89 municípios e 3 estados brasileiros (cf. Repositório Brasileiro de Legislações Linguísticas em <https://direitolinguistico.com.br/repositorio/s/rbll/page/home>)

Frente a esse contexto, a Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo (UCLPM) e o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL) reafirmaram o compromisso com a promoção de políticas linguísticas plurais e inclusivas e promoveram o **II Encontro Nacional de Municípios Plurilíngues (II ENMP)**.

O evento aconteceu nos dias **1 e 2 de setembro de 2025** na **Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)** e reuniu gestores públicos, pesquisadores, educadores, agentes culturais e comunidades linguísticas, com o objetivo de tematizar os processos de regulamentação e implementação das leis de cooficialização. Em formato híbrido, o evento promoveu atividades presenciais, como mesas-redondas, palestras e workshop, e comunicações orais realizadas de forma online, ampliando o alcance e a participação de todos os interessados.

Considerando a relevância histórica das políticas que reconhecem e promovem as línguas brasileiras como cooficiais em vários municípios e considerando que estas são políticas de gestão compartilhada, que dialogam com outras iniciativas em todos os níveis de governo, os participantes do IIENMP recomendam:

1. A instituição de Conselhos paritários para a gestão das línguas pelos municípios reconhecidamente plurilíngues;
2. A promoção, pelos municípios, de uma política de divulgação e informação sobre a cooficialização de línguas, dando a conhecer experiências exitosas no âmbito da regulamentação e da implementação de leis.
3. A adoção, pelos municípios com línguas cooficializadas, de medidas visando a regulamentação das leis. Para tanto, deve-se dar prioridade a estratégias para conhecer as demandas dos falantes e sistematizá-las como parte das políticas públicas.
4. A constituição de uma Organização (ou Articulação) de Municípios Plurilingues no Brasil. Para dar andamento a este propósito, os participantes nomeiam a seguinte Comissão: representantes de Municípios participantes do II ENMP: Sintia Bausen e Fabiano Schmidt, representando Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo, e Valdinei Cardoso Coutinho e Giorzane Rigo Cremasco, representando Itueta, Minas Gerais e Altamiro Antônio Kretzer, representando Antônio Carlos, Santa Catarina. Caberá a Comissão propor uma agenda de trabalho com vistas a definir o estatuto, atribuições e formas de funcionamento da referida Organização (ou Articulação); representante da Cátedra Unesco PLM: Gilvan Müller de Oliveira; representante do IPOL: Rosângela Morello.
5. A elaboração de uma Moção de Apoio à criação do Conselho Nacional da Diversidade Linguística proposto pela Coordenação da Diversidade Linguística do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Ministério da Cultura, Governo Federal. Com uma composição interinstitucional, interministerial e com participação da sociedade civil, tal Conselho é fundamental para a execução da política do INDL.
6. A promoção, pelo IPHAN, de uma política de divulgação e informação sobre o INDL direcionada especialmente aos gestores municipais e estaduais;

7. A realização de ações de sensibilização, valorização e fortalecimento da diversidade linguística pelas Secretarias de Educação e de Cultura de Estados e Municípios;
8. A promoção pelo Estado e todas as suas instâncias representativas (Estados Confederados e Municípios) de políticas de formação de tradutores e intérpretes com o objetivo de incluir nos serviços públicos os cidadãos que não são falantes do português como primeira língua.
9. A implementação de políticas de mapeamentos demolinguísticos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), no âmbito da educação, e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em todo o território nacional.

Estas recomendações representam um entendimento comum dos participantes do II ENMP e visam a contribuir para o efetivo exercício de uma cidadania multilíngue no Brasil.

Florianópolis, 02 de setembro de 2025.